

LEIA TAMBÉM NA INTERNET

GazetadoParaná



gazetadoparana.com.br

Publicidade Legal

Edição 11.141 // Fechamento 20h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R\$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri

QUINTA-FEIRA // 19.10.2026 // Cascavel-PR

www.gazetadoparana.com.br

Terceirização do sistema prisional vira alvo de denúncia do MP

●MP aponta prejuízo de R\$ 175 milhões em contrato emergencial com a New Life, enquanto Estado e empresa contestam cálculo

●A gestão do sistema penitenciário do Paraná entrou no centro de uma disputa envolvendo custos públicos, terceirização e atuação de trabalhadores nas unidades penais. O MPPR aponta possível superfaturamento e prejuízo de R\$ 175 milhões aos cofres públicos em um contrato emergencial firmado durante o governo Ratinho Junior. O centro da apuração é o Contrato nº 467/2022, firmado com a

DADOS

●O governo estadual e a New Life contestam as acusações de superfaturamento. A defesa do Estado sustenta que a contratação emergencial foi necessária para evitar problemas na operação do sistema prisional

●Os trabalhadores relatam atuação em funções de segurança e demissões após reunião com deputado na Assembleia Legislativa

New Life Gestão Prisional Ltda. Após aditivos, o valor chegou a R\$ 235.183.608,24. Segundo o MPPR, o modelo adotado pelo Estado teria elevado os custos em relação ao que seria necessário para a utilização de policiais penais de carreira. A discussão ganhou outro elemento após um grupo de monitores se reunir com um deputado estadual na Alep. Segundo relatos dos trabalhadores apresentados no texto,

os terceirizados afirmaram atuar em atividades como revistas de celas, escoltas e contenção de presos. A denúncia sustenta que essas tarefas poderiam ultrapassar as atribuições de apoio previstas para os monitores. A empresa, por sua vez, afirma que os profissionais atuavam exclusivamente em funções acessórias e de apoio. A questão envolve a diferença entre as atividades de ressocialização. Público ●P.3



Reprodução Redes Sociais

MPE pede retirada de vídeo de obra em Campo Bonito

●O Ministério Público Eleitoral (MPE) pediu à Justiça Eleitoral a retirada de uma publicação oficial sobre uma obra de R\$ 22,8 milhões em Campo Bonito, no Oeste do Paraná. O vídeo anuncia a pavimentação da estrada do Sertãozinho, destaca a atuação das administrações municipal e estadual e também apresenta críticas a pessoas que questionaram a gestão. A Procuradoria Regional Eleitoral levou o caso ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) por entender que o conteúdo pode caracterizar publicidade institucional em período proi-

bido pela legislação eleitoral. A representação foi apresentada contra o prefeito Mario Weber, o governador Carlos Massa Ratinho Junior e os candidatos ao Governo do Paraná Sandro Alex e Rafael Greca, candidatos a governador e vice-governador, respectivamente. A Justiça Eleitoral, porém, não determinou neste momento a retirada do vídeo. A juíza auxiliar do TRE-PR, desembargadora federal Cláudia Cristina Cristofani, deu prazo de um dia para que o MPE detalhe quais conteúdos e trechos considera irregulares. Público ●P.3

Definidas as datas dos clássicos

●No ano passado, Cascavel Futsal e Marreco de Francisco Beltrão se encontraram em duas ocasiões em fases de mata-mata. A primeira delas foi pelas oitavas de final da Liga Nacional e o Cascavel Futsal levou a melhor. No jogo de ida, em Francisco Beltrão, empate em 2 a 2. Na volta, no ginásio da Neva, vitória cascavelense por 1 a 0 e classificação para as quartas da Liga. Logo depois, os dois times fizeram mais dois clássicos pelas quartas de final do Paranaense da Série Ouro. No jogo de ida, vitória tranquila do Cascavel Futsal por 6 a 1, na Neva. Na volta, o Marreco venceu por 3 a 1 e levou o jogo para a prorrogação. A decisão da vaga foi para os pênaltis e o Marreco despachou o Cascavel Futsal. Um ano depois, os dois times vão se enfrentar novamente nas quartas do Estadual. Depois da conclusão das oitavas, a Federação Paranaense de Futsal (FPFS) definiu as datas dos dois confrontos. O jogo de ida será no dia 17 de outubro, às 17 horas, na Neva. E a partida de volta será no sábado seguinte, dia 24 no ginásio Arrudão.

Esportes ●P.6



Luciano Neves / GP

SJP: TCE cobra ajustes em licitação de R\$ 38,8 milhões



Reprodução / TCE

●O TCE-PR recomendou mudanças no edital de uma licitação de até R\$ 38,8 milhões da Prefeitura de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. O processo prevê a contratação de empresa para administrar e operar o Centro de Armazenamento e Distribuição do município. A decisão considerou parcialmente procedente uma Representação da Lei de Licitações apresentada ao tribunal. Os conselheiros determinaram três recomendações relacionadas ao Pregão Eletrônico nº 175/2025. O julgamento ocorreu

por unanimidade no Tribunal Pleno, em 28 de maio. O edital prevê serviços de recebimento, armazenamento, controle de estoques, conservação, distribuição e logística reversa de materiais. O valor máximo estimado é de R\$ 38.806.818,48. O certame havia sido suspenso pela própria Prefeitura durante a análise dos questionamentos. Entre os pontos levados ao TCE-PR estava a exigência de que o centro de distribuição tivesse no máximo dois galpões ou módulos, desde que instalados no mesmo endereço. Público ●P.4

Atletismo

Equipe de Cascavel quebra recordes no Estadual Sub-12

Cascavel brilhou no Campeonato Paranaense Sub-12 de Atletismo, conquistando títulos e novos recordes paranaenses. A delegação foi acompanhada pelo técnico Fábio Langoski. O grande destaque do campeonato foi o desempenho dos atletas nas provas individuais e de revezamento, com resultados expressivos tanto no masculino quanto no feminino. Esportes ●P.6



Secom

Paulo Guedes

Bets entram na disputa após decisão de Lula

A decisão do presidente Lula de proibir as bets no Brasil entrou na disputa eleitoral. A medida provisória determina o fim da exploração, oferta, intermediação e publicidade das apostas de quota fixa no país. A discussão também recuperou uma declaração do ex-ministro da Economia Paulo Guedes durante uma reunião ministerial do governo Jair Bolsonaro. Público ●P.4



Alan Santos

Público

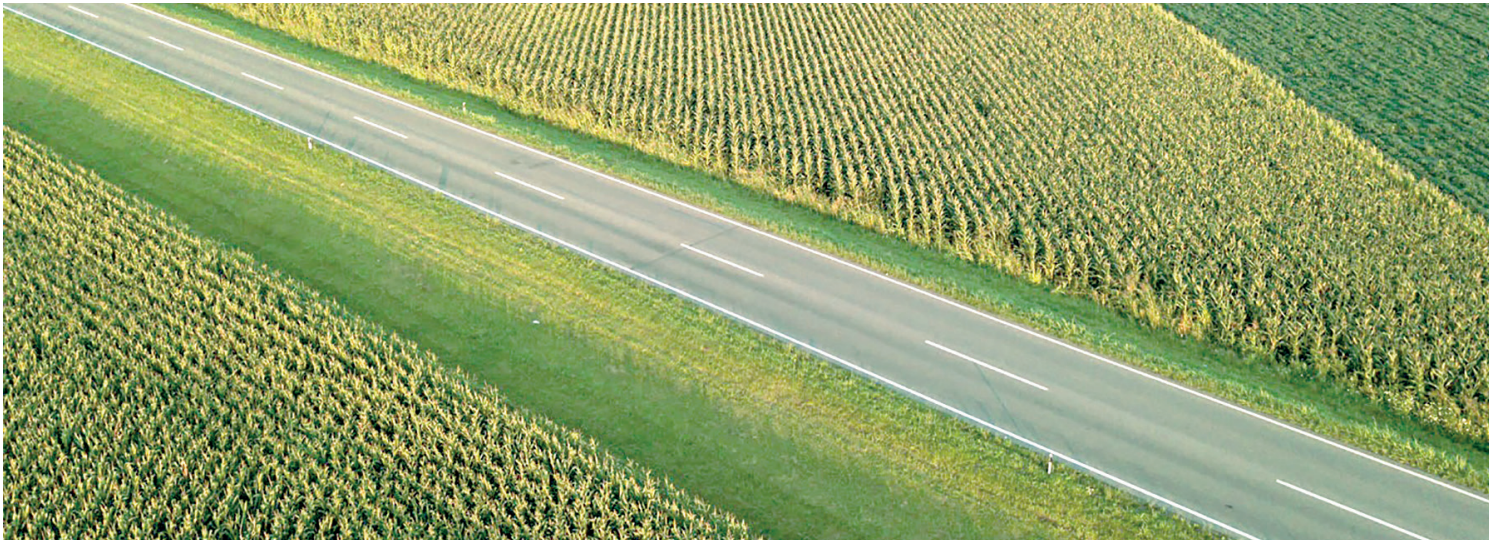
FAEP pede à ANTT mudança em regra que atribui a produtores custos de adequação de acessos rurais antigos; entidade também busca apoio da bancada do Paraná no Congresso para alterar a regulamentação nas rodovias

FAEP questiona regra que pode transferir custo a produtores

Segundo o Sistema FAEP, a regra pode atingir produtores que utilizam acessos construídos há décadas e que não participaram dos contratos de concessão das rodovias

DA REDAÇÃO
Cascavel

●O Sistema FAEP pediu à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) a revisão da regra que atribui aos proprietários rurais os custos para regularizar acessos às propriedades localizadas às margens de rodovias concedidas. A entidade também articula mudanças com a bancada federal do Paraná no Congresso Nacional. O pedido foi encaminhado à ANTT em 23 de setembro, por meio de ofício enviado ao diretor-geral da agência, Guilherme Sampaio. O documento questiona a aplicação do artigo 110 da Resolução ANTT nº 6.000/2022, que estabelece obrigações para os



FAEP pede revisão de regra que pode cobrar produtor por acesso à rodovia Reprodução / FAEP

proprietários lindeiros. Segundo o Sistema FAEP, a regra pode atingir produtores que utilizam acessos construídos há décadas e que não participaram dos contratos de concessão das rodovias.

Acessos antigos e novos
A FAEP defende que a regulamentação estabeleça uma diferença entre os tipos de acesso às propriedades rurais. A proposta

é que o proprietário seja responsável pelos custos quando criar um novo acesso ou fizer alterações por iniciativa própria. Já nos casos de acessos que existiam antes da concessão, a entidade entende que os custos de adequação não deveriam ser automaticamente transferidos ao produtor quando a necessidade das obras surgir por causa de novos padrões técnicos ou mudanças relacionadas à ope-

ração da rodovia.

O presidente do Sistema FAEP, Agide Eduardo Meneguette, afirmou que a entidade apoia medidas para aumentar a segurança nas rodovias, mas questiona a transferência dos custos aos produtores em determinadas situações. “Somos totalmente a

favor da segurança nas rodovias. Porém, não é justo que o produtor, que usa o mesmo acesso há décadas e não faz parte do contrato de concessão, seja obrigado a pagar por obras que decorrem das novas regras de operação da rodovia”, afirmou.

Segundo Meneguette, o custo pode ser elevado quando as adequações exigem obras de engenharia, principalmente em pequenas e médias propriedades rurais.

Relator rejeita emendas à MP e mantém regras da renegociação de dívidas

FPA critica decisão de Paulo Pimenta e afirma que juros, prazos, limites e exigências ainda dificultam o acesso dos produtores ao programa; relatório foi apresentado em 28 de setembro

Eliane Alexandrino
Cascavel

●O relator da Medida Provisória 1.376/2026, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), rejeitou as emendas apresentadas ao texto e manteve as principais regras previstas para a renegociação de dívidas rurais. A decisão foi criticada pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que afirma que a medida ainda apresenta entraves para que produtores tenham acesso às linhas de crédito.

A MP, publicada em julho, autoriza a criação de linhas de crédito para liquidação ou amortização de operações de crédito rural e de Cédulas de Produto Rural (CPRs), além da participação da União em um fundo garantidor voltado a produtores afetados por eventos climáticos adversos. O Congresso registrou 144 emendas à proposta.

Segundo a FPA, entre os pontos que deveriam ser alterados estão as condições de juros e prazos, limites para enquadramento, critérios de comprovação de perdas, exigências relacionadas às garantias bancárias e regras

Notificações

Parte dos acessos às propriedades rurais é anterior aos atuais contratos de concessão. Essas estruturas são utilizadas para a entrada nas fazendas, circulação de máquinas e equipamentos, recebimento de insumos e saída da produção. Com o início das novas concessões no Paraná, produtores passaram a receber notificações das concessionárias para adequar os acessos às exigências técnicas e de segurança.

A FAEP reconhece a necessidade das adequações para melhorar a segurança viária. A preocupação da entidade está nos casos em que o produtor precisa arcar com os custos de uma intervenção com, segundo a entidade, não foi provocada por ele.

conhece a necessidade das adequações para melhorar a segurança viária. A preocupação da entidade está nos casos em que o produtor precisa arcar com os custos de uma intervenção com, segundo a entidade, não foi provocada por ele.

No documento enviado à ANTT, a FAEP argumenta que os novos padrões técnicos, operacionais e de segurança estão relacionados aos contratos firmados entre o poder público e as concessionárias. A entidade afirma que o proprietário rural não participa desses contratos nem da definição das obrigações, investimentos e matriz de riscos. Também sustenta que, nos casos de acessos anteriores às concessões, o produtor não teria provocado a mudança que passou a exigir a adequação.

FAEP busca diálogo

Além de pedir a revisão da regulamentação, o Sistema FAEP solicitou uma reunião com a ANTT para apresentar casos identificados no Paraná e discutir alternativas para a aplicação das regras. A entidade também busca apoio da bancada federal paranaense na Câmara dos Deputados e no Senado para discutir possíveis mudanças na legislação. A articulação ocorre paralelamente ao pedido feito à agência reguladora e busca alterar as regras também por meio do Congresso Nacional.

Produtores

Enquanto a regulamentação não é alterada, a orientação do Sistema FAEP é que os produtores notificados pelas concessionárias observem os prazos estabelecidos e mantenham um canal de comunicação com as empresas responsáveis pelas rodovias. Para construir um novo acesso, é necessário apresentar um projeto de engenharia à concessionária responsável pela via. O projeto precisa seguir as normas técnicas e os requisitos definidos pela empresa.

SUA MARCA MERECE SER NOTADA E VALORIZADA

- Criação de Logo e Id. Visual
- Marketing Digital
- Campanhas Off Line
- (Tv, Rádio, Outdoor, Material Gráfico)
- Vídeos Institucionais.

IDEIAS DE PESO

Entre em contato e saiba mais...

@life_comunicacao

(45) 99829-2726

Cálculo contestado MP aponta prejuízo de R\$ 175 milhões em contrato emergencial com a New Life; trabalhadores relatam atuação em funções de segurança e demissões após reunião com deputado

Terceirização do sistema prisional vira alvo de denúncia do MP

A discussão ganhou outro elemento após um grupo de monitores se reunir com um deputado estadual na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep)

DA REDAÇÃO
Cascavel

●A gestão do sistema penitenciário do Paraná entrou no centro de uma disputa envolvendo custos públicos, terceirização e atuação de trabalhadores nas unidades penais. O Ministério Público do Paraná (MPPR) aponta possível superfaturamento e prejuízo de R\$ 175 milhões aos cofres públicos em um contrato emergencial firmado durante o governo Ratinho Junior. O centro da apuração é o Contrato nº 467/2022, firmado com a New Life Gestão Prisional Ltda. Após aditivos, o valor chegou a R\$ 235.183.608,24. Segundo o MPPR, o modelo adotado pelo Estado teria elevado os custos em relação ao que seria necessário para a utilização de policiais penais de carreira. A conclusão, porém, é questionada pelo governo estadual e pela empresa contratada.

Custo do contrato

O Termo Aditivo nº 0639/2022 previa a mobilização de 1.657 monitores de ressocialização para atuar em 127 unidades penais do Paraná. A partir dos valores apresentados no documento, o custo anual por monitor para o Estado chega a R\$ 141.933,38. O valor mensal por posto seria de R\$ 11.827,78. Os trabalhadores, por outro lado, recebem salário



Ratinho Jr. e os R\$ 175 Milhões de superfaturamento apontados pelo MP Reprodução / GP

bruto de aproximadamente R\$ 3.600 para a escala de 12x36, segundo as informações apresentadas na denúncia.

A diferença entre os valores é atribuída, pelo MP, a encargos trabalhistas, uniformes, equipamentos de proteção individual, adicional de periculosidade de 30%, além da taxa de administração e da margem da empresa. Para a Promotoria, a composição representa uma diferença considerada desproporcional.

O cálculo, contudo, não equivale diretamente ao salário recebido pelo trabalhador, já que o valor pago pelo Estado à empresa também envolve custos relacio-

nados à contratação e à execução do serviço.

Funções de segurança

A discussão ganhou outro elemento após um grupo de monitores se reunir com um deputado estadual na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). Segundo relatos dos trabalhadores apresentados no texto, os terceirizados afirmaram atuar em atividades como revistas de celas, escoltas e contenção de presos. A denúncia sustenta que essas tarefas poderiam ultrapassar as atribuições de apoio previstas para os monitores.

A empresa, por sua vez, afirma

que os profissionais atuavam exclusivamente em funções acessórias e de apoio. A questão envolve a diferença entre as atividades de ressocialização e apoio previstas no contrato e aquelas que seriam próprias dos policiais penais.

Demissões após reunião

Os trabalhadores que participaram da reunião na Alep também relatam que foram demitidos cerca de 24 horas depois do encontro. Segundo lideranças do movimento, os desligamentos ocorreram em bloco e não foram acompanhados de justificativa técnica ou formal apresentada pela empresa. Os ex-funcioná-

rios interpretam o episódio como uma possível retaliação. A relação entre a reunião e as demissões,

EM NÚMEROS

235

O contrato com a New Life chegou a R\$ 235,1 milhões após aditivos, enquanto o MPPR calcula possível prejuízo de R\$ 175 milhões aos cofres públicos

porém, é uma alegação dos trabalhadores e precisa ser comprovada.

Estado e empresa contestam

O governo estadual e a New Life contestam as acusações de superfaturamento. A defesa do Estado sustenta que a contratação emergencial foi necessária para evitar problemas na operação do sistema prisional após o encerramento de contratos temporários anteriores. O Executivo também questiona a metodologia utilizada pelo MPPR para calcular o possível prejuízo. Segundo a argumentação apresentada, a comparação com o salário de um policial penal não consideraria despesas de longo prazo relacionadas ao servidor efetivo, como aposentadorias, licenças e progressões na carreira. A New Life afirma, ainda, que os monitores exerciam somente atividades acessórias e de apoio.

O que está em discussão

O caso reúne três pontos principais: o custo da terceirização para os cofres públicos, as atividades efetivamente desempenhadas pelos monitores e as circunstâncias das demissões relatadas pelos trabalhadores.

O MPPR sustenta que o contrato teria provocado prejuízo de R\$ 175 milhões. O governo e a empresa contestam a metodologia e defendem a legalidade e a necessidade da contratação emergencial.

A existência de investigação ou de acusações não significa, por si só, que tenha sido comprovada irregularidade ou dano ao erário. A definição sobre eventual responsabilidade dependerá da análise das provas e das decisões das autoridades competentes.

MPE pede retirada de vídeo sobre obra de R\$ 22,8 mi em Campo Bonito

Vídeo sobre pavimentação em Campo Bonito exalta ações de governos municipal e estadual e critica opositores; Justiça deu prazo ao Ministério Público para detalhar trechos questionados antes de decidir

Da Redação
Cascavel

●O Ministério Público Eleitoral (MPE) pediu à Justiça Eleitoral a retirada de uma publicação oficial sobre uma obra de R\$ 22,8 milhões em Campo Bonito, no Oeste do Paraná. O vídeo anuncia a pavimentação da estrada do Sertãozinho, destaca a atuação das administrações municipal e estadual e também apresenta críticas a pessoas que questionaram a obra.

A Procuradoria Regional Eleitoral levou o caso ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) por entender que o conteúdo pode caracterizar publicidade institucional em período proibido pela legislação eleitoral.

A representação foi apresentada contra o prefeito Mario Weber, o governador Carlos Massa Ratinho Junior e os candidatos ao Governo do Paraná Sandro Alex e Rafael Greca, candidatos a governador e vice-governador, respectivamente. A Justiça Elei-

toral, porém, não determinou neste momento a retirada do vídeo. A juíza auxiliar do TRE-PR, desembargadora federal Cláudia Cristina Cristofani, deu prazo de um dia para que o MPE detalhe quais conteúdos e trechos considera irregulares.

Ratinho anuncia obra

O vídeo começa com Ratinho Junior ao lado do prefeito Mario Weber anunciando a abertura do edital para a obra. “Olá famílias de Campo Bonito, estou aqui com o nosso prefeito Mário e olha, aqui hoje nós estamos soltando o edital da nossa estrada, 22 milhões de investimentos”, afirma o governador. Na sequência, a publicação informa que a pavimentação da estrada do Sertãozinho terá investimento de R\$ 22,848 milhões e afirma que os recursos já estariam disponíveis para o município. O conteúdo, porém, vai além da apresentação da obra. Em outro trecho, há agradecimentos ao vice-governador Darcy Piana e a Ratinho Junior pela liberação dos recursos. A publicação afirma que os dois teriam se empenhado para que a obra “saísse do papel”.

Resposta a críticas

A publicação passa a abordar críticas à administração municipal. Em determinado trecho, um dos participantes afirma: “Enquanto algumas pessoas se

preocupam com criticar as ações do nosso trabalho, nós trabalhamos e trabalhamos muito e o resultado é gratificante.” Outro participante afirma que os responsáveis pelo projeto foram “muito contestados durante um ano e meio” enquanto trabalhavam na elaboração da obra. O vídeo também menciona críticas relacionadas à audiência pública necessária para o projeto. “E se não bastasse, ainda cha-

A Justiça não determinou a retirada do vídeo neste momento e deu um dia para o MPE identificar as URLs e os trechos que considera irregulares

mou a nossa audiência pública como se fosse uma reunião para mentir para as pessoas”, afirma o participante. Na sequência, o conteúdo declara: “Mas hoje nós trazemos a verdade”. O trecho termina com a frase: “Campo Bonito não pode parar.”

Governo estadual

Na parte final, a publicação volta a enfatizar a parceria com o Governo do Paraná. O vídeo menciona a visita de um diretor da Secretaria de Estado da



A representação foi apresentada contra o prefeito Mario Weber Reprodução Redes Sociais

Agricultura e do Abastecimento (Seab) ao local onde o projeto será executado e afirma que a iniciativa seria a maior obra de pavimentação rural do Paraná. “É um orgulho do Governo do Estado e nosso também, de estar aqui realizando um sonho tão grande para a nossa população”, diz o trecho final. Esse conjunto de informações e manifestações que está sendo analisado pela Justiça Eleitoral.

MPE

Na representação, o Ministério Público sustenta que a divulgação pode caracterizar conduta vedada a agentes públicos pela legislação eleitoral. A Lei das Eleições restringe, nos três meses anteriores ao pleito, a autorização de publicidade institucional de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, ressalvadas as hipóteses previstas em lei. Com

base no conteúdo do vídeo, a Procuradoria pediu uma tutela de urgência para determinar a retirada da publicação.

Justiça pede individualização

A retirada não foi determinada neste primeiro momento.

Ao analisar o pedido, a juíza Cláudia Cristina Cristofani verificou que os documentos apresentados pelo Ministério Público reuniam diferentes mídias e capturas de tela relacionadas à divulgação da obra, enquanto o pedido de remoção indicava apenas uma URL.

Para a magistrada, a diferença dificultava identificar exatamente qual conteúdo deveria ser retirado caso uma ordem judicial fosse concedida. A Justiça também considerou necessário individualizar as falas que o Ministério Público entende como irregulares diante da extensão

dos materiais apresentados. Por isso, a tutela de urgência foi indeferida “por ora”. O MPE recebeu prazo de um dia para complementar a representação.

A Procuradoria deverá apresentar as URLs correspondentes aos materiais questionados, a transcrição integral dos áudios e das falas e indicar especificamente quais trechos entende que violam a legislação eleitoral.

Caso ainda será analisado

A decisão não declarou que a publicidade é regular nem rejeitou definitivamente a representação apresentada pelo Ministério Público. Depois que o MPE apresentar as informações solicitadas, o pedido de retirada poderá ser novamente analisado pela Justiça Eleitoral. O caso tramita no TRE-PR sob o número 0603618-40.2026.6.16.0000.



Result
CONSULTORIA EMPRESARIAL

✓ Excelência ✓ Comprometimento ✓ Agilidade

Impulsionando
negócios,
gerando
resultados

Juntos, transformamos desafios em oportunidades e aceleramos seu caminho para o sucesso

Auditoria de Impostos

Consultoria Tributária

Revisão de Processos

Padronização de Processos Fiscais

Restituição ou Compensação de Tributos

Contato

(45) 3252-3800 (45) 99922-5909 result@resultconsultores.com.br result@resultconsultores.com.br

R. Pedro dos Santos Ramos, 760,
Jardim La Salle, Toledo-PR

Fiscalização em licitação Tribunal recomendou mudanças em regras sobre localização e estrutura de centro de distribuição e determinou detalhamento da transição entre empresas

TCE cobra ajustes em licitação de R\$ 38 mi em São José dos Pinhais

TCE-PR recomendou mudanças em licitação de R\$ 38,8 milhões para logística de São José dos Pinhais e cobrou justificativas técnicas para três exigências

DA REDAÇÃO
COM INFORMAÇÕES TCE
Cascavel

•O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) recomendou mudanças no edital de uma licitação de até R\$ 38,8 milhões da Prefeitura de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. O processo prevê a contratação de empresa para administrar e operar o Centro de Armazenamento e Distribuição do município.

A decisão considerou parcialmente procedente uma Representação da Lei de Licitações apresentada ao tribunal. Os conselheiros determinaram três recomendações relacionadas ao Pregão Eletrônico nº 175/2025. O julgamento ocorreu por unanimidade no Tribunal Pleno, em 28 de maio. O edital prevê serviços de recebimento, armazenamento, controle de estoques, conservação, distribuição e logística reversa de materiais. O valor máximo estimado é de R\$ 38.806.818,48.

O certame havia sido suspenso pela própria Prefeitura durante a análise dos questionamentos.

Regras questionadas

Entre os pontos levados ao TCE-PR estava a exigência de que o centro de distribuição tivesse no máximo dois galpões ou módulos, desde que instalados no mesmo endereço. Também foi questionada a regra que inicialmente determinava que a estrutura estivesse dentro dos limites de São José dos Pinhais. Durante a análise do processo, a Prefeitura alterou o edital e passou a permitir a instalação em um raio de até 15 quilômetros da sede do município.

Outro ponto discutido foi a

chamada “transição assistida” entre a empresa responsável pelo serviço atual e a futura contratada. O edital previa a possibilidade de atuação conjunta por até 90 dias após o encerramento do contrato vigente.

A representante alegou que a regra poderia provocar sobreposição de serviços e custos adicionais.

Justificativas

Após ser acionada pelo relator, conselheiro Augustinho Zucchi, a Prefeitura apresentou documentos e justificativas para as exigências. Sobre o número de galpões, o município informou que já havia ampliado a possibilidade de um para até dois espaços. A justificativa apresentada foi a necessidade de facilitar a fiscalização do contrato.

Em relação à transição, a Prefeitura defendeu o período de trabalho conjunto como medida necessária para evitar interrupções no serviço, considerando a quantidade e a natureza dos materiais armazenados.

TCE-PR não anulou a licitação de R\$ 38,8 milhões, mas cobrou justificativas técnicas para regras sobre localização e número de galpões e detalhamento da transição entre empresas

Já a restrição territorial foi alterada. A regra que inicialmente limitava o centro de distribuição ao território municipal passou a permitir a instalação em um raio de 15 quilômetros da sede da Prefeitura. Segundo o município, a mudança considerou a localização de São José dos Pinhais na Região Metropolitana de Curitiba e a necessidade de preservar a eficiência logística.

TCE cobra estudo

Na análise do caso, o relator considerou adequada a existência



Ratinho Jr. e os R\$ 175 Milhões de superfaturamento apontados pelo MP Reprodução / GP

de alguma limitação geográfica para o centro de distribuição, diante da natureza do serviço. O problema identificado foi a falta de justificativa técnica específica para o limite de 15 quilômetros.

Segundo o relator, o município não apresentou estudos que demonstrassem como a distância foi definida. Entre os fatores que poderiam embasar o cálculo estão o tempo necessário para atendimento, a demanda diária, a quantidade de veículos disponíveis e as condições de trânsito. Por isso, o TCE-PR recomendou que a Prefeitura retire a restrição caso não consiga apresentar estudo técnico que justifique o limite. Se optar por manter a exigência, o município deverá apresentar fundamentação que demonstre a necessidade e a proporcionalidade da medida.

Limite de dois galpões

A segunda recomendação envolve a exigência de que o centro de distribuição tenha no máximo dois galpões. O TCE-PR recomendou a retirada da regra caso não exista justificativa técnica adequada. A Prefeitura poderá mantê-la se apresentar fundamentação detalhada que demonstre sua necessidade e pertinência operacional. A decisão, portanto, não determinou automaticamente a retirada da exigência. O município poderá apresentar elementos técnicos para sustentar a manutenção da regra.

Transição

O terceiro ponto envolve o período de transição entre a atual

prestadora e a empresa que vencer a licitação. O relator considerou necessária a existência de uma transição para evitar interrupções no serviço. O problema apontado foi a falta de definição objetiva sobre as atividades e responsabilidades de cada empresa durante esse período.

Para o TCE-PR, o edital precisa delimitar etapas, responsabilidades e períodos de atuação, reduzindo a sobreposição de atividades e o risco de pagamentos simultâneos por serviços semelhantes. O tribunal não acolheu, por outro lado, o questionamento relacionado à ausência de vistoria técnica. Segundo a decisão, a natureza do serviço não exigiria que as empresas conhecessem previamente as instalações utilizadas pela

atual prestadora.

Licitação não foi anulada

Os conselheiros do Tribunal Pleno acompanharam por unanimidade o voto de Augustinho Zucchi. O julgamento ocorreu na Sessão Ordinária Virtual nº 8/2026, encerrada em 28 de maio. O Acórdão nº 1.242/2026 foi publicado em 10 de junho no Diário Eletrônico do TCE-PR. Segundo o processo, não houve recurso e a decisão transitou em julgado em 3 de julho. A decisão não anulou o Pregão Eletrônico nº 175/2025.

As determinações são recomendações para o aperfeiçoamento do edital. As exigências questionadas poderão ser mantidas caso a Prefeitura apresente fundamentação técnica adequada para cada uma delas.

Bets entram na disputa eleitoral após decisão de Lula

Vídeo de reunião ministerial de 2020 em que ex-ministro Paulo Guedes defende a liberação de jogos de azar voltou a circular nas redes após Lula assinar MP que proíbe as bets no Brasil

Da Redação
Cascavel

• A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de proibir as bets no Brasil entrou na disputa eleitoral na reta final da campanha. A medida provisória assinada na sexta-feira (25) determina o fim da exploração, oferta, intermediação e publicidade das apostas de quota fixa no país.

A decisão passou a ser explorada pelos principais candidatos à Presidência e colocou no centro do debate questões como orçamento familiar, endividamento, regulação e impactos das apostas online. Segundo levantamento da plataforma Democracia em Xequê citado pelo UOL, o tema gerou 2,5 milhões de publicações e 40 milhões de interações nas redes sociais nas primeiras 63 horas após a assinatura da medida.

Declaração de Guedes

A discussão sobre as bets também recuperou uma declaração do ex-ministro da Economia Paulo Guedes durante uma reunião ministerial do governo Jair Bolsonaro, em abril de 2020. Na ocasião, Guedes defendeu a liberação de jogos de azar como forma de atrair turistas e ampliar a atividade econômica. O então ministro argumentou que adultos deveriam ter liberdade para apostar e minimizou pos-



Paulo Guedes reaparece no debate sobre bets após decisão de Lula Alan Santos / PR

síveis efeitos sobre terceiros. A declaração provocou reação da então ministra Damares Alves, contrária à liberação dos jogos. Na reunião, Damares classificou a proposta como “um pacto com o diabo”.

O vídeo voltou a circular nas redes sociais durante a campanha de 2026, em meio à discussão sobre a decisão anunciada por Lula. O episódio passou a ser usado no debate político sobre a posição do campo ligado ao governo Jair Bolsonaro em relação aos jogos de azar e às apostas.

Flávio critica decisão

O candidato Flávio Bolsonaro (PL) criticou a atuação do go-

verno federal na fiscalização das apostas durante uma transmissão ao lado do governador de São

A MP assinada por Lula prevê o fim das apostas de quota fixa no país, mas ainda precisa ser analisada pelo Congresso Nacional

Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Flávio afirmou que o governo permitiu o funcionamento do chamado jogo do Ti-

grinho sem controle suficiente. O candidato disse que pretende acabar com plataformas desse tipo, mas, segundo o texto, não apresentou a mesma posição em relação às apostas esportivas.

A declaração ocorreu após Lula anunciar a proibição das bets. O governo informou que a medida alcança tanto as apostas esportivas quanto os jogos online. Flávio classificou a decisão do presidente como “hipócrita, eleitoreira, oportunista”. Lula, por outro lado, defendeu a medida como resposta aos impactos das apostas sobre as famílias brasileiras. O presidente afirmou que o chamado cassino online precisa acabar e que o setor po-

de ser controlado por meio de tecnologia.

Apoio à proibição

A medida foi anunciada poucos dias antes do primeiro turno, marcado para 4 de outubro. Uma pesquisa AtlasIntel/Bloomberg citada na análise apontou que 75% dos entrevistados apoiam a proibição das bets. A medida provisória estabelece um cronograma para o encerramento das plataformas. Os apostadores têm até 5 de outubro para retirar voluntariamente os valores disponíveis. A partir de 6 de outubro, sites e aplicativos deverão sair do ar. A continuidade da medida dependerá da tramita-

ção no Congresso Nacional.

Apostas e orçamento familiar

O debate eleitoral também passou a incorporar dados sobre o impacto financeiro das apostas. Segundo dados citados pelo UOL, cerca de 270 mil famílias entram no grupo de superendividados desde dezembro de 2024. A estimativa apresentada é de que as apostas esportivas tenham retirado R\$ 62,5 bilhões do orçamento das famílias brasileiras em 2025. O impacto apontado é maior entre homens com 35 anos ou mais e famílias de menor renda. O governo também relacionou a decisão a questões de saúde pública. Segundo o Ministério da Saúde, mais de 28 milhões de brasileiros haviam feito apostas online nos 12 meses anteriores a uma pesquisa de 2023. Desse grupo, 10,9 milhões apresentavam padrão de jogo considerado de risco ou problemático.

Congresso

A proibição das bets ocorre em um momento de forte disputa eleitoral e passou a integrar o debate entre os candidatos à Presidência. De um lado, o governo Lula apresenta a medida como resposta aos impactos financeiros e sociais das apostas. Do outro, Flávio Bolsonaro critica a decisão e questiona a atuação do governo na fiscalização do setor. A MP, porém, ainda depende da análise do Congresso Nacional para se tornar definitiva.

O tema chega à reta final da campanha associado a três questões principais: o funcionamento das plataformas de apostas, o impacto sobre o orçamento das famílias e os limites da atuação do Estado na regulação do setor.



DESCONTO
MENSALIDADE
ATÉ O FINAL DO
CURSO



Acesse o site
ead.fag.edu.br/cursos

Série Ouro Os clássicos das quartas entre Cascavel Futsal e Marreco serão nos dias 17 e 24 de outubro

Cascavel Futsal tenta acabar com a freguesia

O Cascavel Futsal terá que contornar um retrospecto negativo diante do Marreco de Francisco Beltrão em jogos de mata-mata no Estadual

LUCIANO NEVES
Cascavel

• No ano passado, Cascavel Futsal e Marreco de Francisco Beltrão se encontraram em duas ocasiões em fases de mata-mata. A primeira delas foi pelas oitavas de final da Liga Nacional e o Cascavel Futsal levou a melhor. No jogo de ida, em Francisco Beltrão, empate em 2 a 2. Na volta, no ginásio da Neva, vitória cascavelense por 1 a 0 e classificação para as quartas da Liga. Logo depois, os dois times fizeram mais dois clássicos pelas quartas de final do Paranaense da Série Ouro. No jogo de ida, vitória tranquila do Cascavel Futsal por 6 a 1, na Neva. Na volta, o Marreco venceu por 3 a 1 e levou o jogo para a prorrogação. A decisão da vaga foi para os pênaltis e o Marreco despachou o Cascavel Futsal. Um ano depois, os dois times

vão se enfrentar novamente nas quartas do Estadual. Depois da conclusão das oitavas, a Federação Paranaense de Futsal (FPFS) definiu as datas dos dois confrontos. O jogo de ida será no dia 17 de outubro, às 17 horas, na Neva. E a partida de volta será no sábado seguinte, dia 24 no ginásio Arrudão. Ou seja, é a mesma situação dos confrontos das quartas do Estadual do ano passado. E o formato de disputa é o mesmo. Em caso de dois resultados iguais (dois empates ou uma vitória para cada lado independente do placar), a decisão vai para a prorrogação, sem vantagem para nenhum dos lados. Persistindo a igualdade na extensão da partida, decisão por pênaltis.

Histórico
O Cascavel Futsal terá que contornar um retrospecto negativo diante do Marreco de Francisco Beltrão em jogos de mata-mata no Estadual. As duas equipes se encontraram em cinco ocasiões com apenas uma classificação do Cascavel Futsal e quatro eliminações. O primeiro duelo ocorreu nas semifinais do Estadual de 2014, com a Serpente Tricolor passando pelo adversário. Depois, ambos voltaram a se cruzar nas semifinais da edição de 2017. Aí deu Marreco, elimi-

nando o Cascavel Futsal dentro do ginásio da Neva. Naquele ano, o time de Francisco Beltrão foi finalista e perdeu a decisão para o Pato. Depois, ambos se cruzaram nas edições seguintes nas quartas de final. Em 2018, o Marreco despachou o Cascavel Futsal e chegou mais uma vez na final, perdendo o título para o Foz. Já em 2019, o Marreco passou pelo Cascavel Futsal, vencendo o jogo de volta como visitante. Na ocasião, o Cascavel Futsal mandou a segunda partida em Santa Tereza do Oeste. As duas equipes voltaram a se enfrentar em mata-matas no ano passado com a classificação do Cascavel Futsal na Liga e a classificação do Marreco pelo Estadual. Em 2025, depois de passar pela Serpente Tricolor, o Marreco caiu para o Pato Futsal no ‘clássico das penas’ nas semifinais.

Lado bom
Se o histórico em mata-matas não ajuda, o retrospecto na temporada é altamente favorável para o Cascavel Futsal, que venceu os dois confrontos entre eles. O primeiro foi pela Liga Nacional em que o Cascavel Futsal goleou o time por 6 a 3 de virada, na Neva. O jogo, realizado no dia 11 de



O Cascavel Futsal volta a cruzar com o Marreco Luciano Neves/GP



O chaveamento da Série Ouro Arte Luciano Neves

maio, marcou a estreia do técnico Banana no comando tricolor. Depois, os dois times voltaram a se enfrentar no dia 1º de agosto, na Neva, com nova vitória cascavelense por 3 a 2, em jogo válido pela fase inicial da Série Ouro.

Quartas
A fase de quartas de final do

Paranaense da Série Ouro será aberta na semana que vem. No dia 09 de outubro, uma sexta, Chopinzinho e Pato Futsal jogam no Deonisto Debona, às 20 horas. O jogo de volta será no dia 30 de outubro, em Pato Branco. No sábado (10), Manoel Ribas e Dois Vizinhos se enfrentam no Ari Kfoury, às 20

horas. A partida de volta será no dia 24. No dia 16 de outubro, uma sexta, Umuarama e Campo Mourão jogam no Amário Vieira da Costa. E deste confronto sairá o último semifinalista, já que a partida de volta está programada para o dia 31 de outubro, em Campo Mourão.

Cascavel quebra recordes no Paranaense Sub-12 de Atletismo

A equipe cascavelense foi campeã geral no masculino

Da Secom
Cascavel

• A equipe da Cascavel Athletics School brilhou no Campeonato Paranaense Sub-12 de Atletismo, conquistando títulos estaduais, medalhas e novos recordes paranaenses, consolidando o excelente trabalho desenvolvido pela Fundação Municipal de Esporte e Cultura (FMEC), no Centro Nacional de Treinamento de Atletismo (CNTA). A delegação foi acompanhada pelo técnico Fábio Langoski, responsável pela orientação dos atletas durante toda a competição. O grande destaque do campeonato foi o desempenho dos atletas nas provas individuais e de reve-

zamento, com resultados expressivos tanto no masculino quanto no feminino. Além das conquistas individuais, a equipe masculina sagrou-se campeã geral da competição, enquanto a equipe feminina garantiu o vice-campeonato geral, demonstrando a força da base do atletismo cascavelense. No masculino, Miguel Dombroski foi campeão do Salto em Distância e do Salto em Altura, estabelecendo o novo recorde paranaense da categoria Sub-12 com a marca de 1,48 metro. O atleta também integrou a equipe campeã do Revezamento 4x150 metros misto e a equipe vice-campeã do Revezamento 5x60 metros. Outro nome de destaque foi Leonardo Frozza, campeão do Triatlo Sub-12 e recordista paranaense da prova. Durante a com-

petição, o atleta também estabeleceu novos recordes estaduais nos 60 metros rasos e no Salto em Distância. Além disso, conquistou o vice-campeonato no Salto em Distância, foi vice-campeão no Revezamento 5x60 metros e campeão no Revezamento 4x150 metros misto. Eduardo garantiu a medalha de bronze no Salto em Altura e a medalha de prata no Revezamento 5x60 metros. Já Vitor Hugo Helger conquistou a medalha de bronze no Triatlo e a prata no Revezamento 5x60 metros. Nas provas de lançamentos, Gregor sagrou-se campeão estadual no Lançamento do Martelo, com a marca de 22,93 metros, e alcançou a quarta colocação no Arremesso do Peso. No feminino, Kauana Zanetti conquistou o título estadual no Lançamento do Martelo,



A equipe de Cascavel brilhou no Estadual Secom

enquanto Júlia Dresch foi campeã do Triatlo Sub-12 Feminino, estabelecendo novo recorde paranaense da prova. Júlia também conquistou o vice-campeonato

no Salto em Distância e integrou a equipe campeã do Revezamento 4x150 metros misto. O Revezamento 5x60 metros masculino, formado por Eduardo, Felipe, Ví-

tor Hugo, Miguel Dombroski e Leonardo Frozza, conquistou a medalha de prata e o vice-campeonato estadual. Já a equipe campeã do Revezamento 4x150 metros misto foi formada por Miguel Dombroski, Júlia Dresch, Helena e Leonardo Frozza. O excelente desempenho coletivo garantiu à Cascavel Athletics School resultados históricos na competição. A equipe masculina conquistou o título geral do Campeonato Paranaense Sub-12, enquanto a equipe feminina encerrou a participação com o vice-campeonato geral. Somadas, as equipes conquistaram títulos estaduais, medalhas em diversas provas e quebraram importantes recordes paranaenses, reafirmando Cascavel como uma das principais potências do atletismo de base no Paraná.

SELEÇÃO BRASILEIRA

Atacante Raphinha é cortado de amistoso contra a Índia

Gazeta Esportiva
• Substituído durante a vitória contra a Austrália, alcançada na terça-feira, Raphinha foi cortado do amistoso da Seleção contra a Índia. A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) anunciou a medida por meio de nota publicada em seu site oficial já na madrugada de ontem. Exame de imagem constatou um pequeno edema muscular na região posterior da coxa direita de Raphinha. De acordo com a CBF, a decisão de cortar o atacante foi tomada por precaução. A entidade ainda informou que nenhum atleta será convocado para o jogo contra a Índia. Escalado como titular e capitão pelo técnico Carlo Ancelotti, Raphinha marcou o segundo gol da vitória por 4 a 2 do Brasil sobre a Austrália, em cobrança de pênalti. No intervalo da partida disputada em Brisbane, após sentir dores na coxa, ele acabou substituído por Endrick. Sem o atacante do Barcelona, a delegação brasileira embarca nesta quinta-feira para Calcutá. O confronto com a Índia está marcado para as 11 horas (de Brasília) de sábado (03), no Estádio Salt Lake. Antes de ganhar da



Rafael Ribeiro/CBF

Austrália por 4 a 2, o time dirigido por Ancelotti empatou por 1 a 1 com o mesmo adversário. **Mudança no gol**
O goleiro Otávio recebeu um voto de confiança de Carlo Ancelotti após a vitória da Seleção Brasileira por 4 a 2 sobre a Austrália. Escolhido para iniciar a partida, o arqueiro do Cruzeiro teve participação no primeiro gol australiano, mas ainda assim foi elogiado pelo treinador italiano. “Era uma chance para o Otávio. Estava tranquilo. No primeiro gol, poderia ter sido um erro ou uma falta, não sei. Mas eu gosto dele. É um go-

leiro que demonstra tranquilidade e segurança”, avaliou Ancelotti. No primeiro amistoso entre as seleções, encerrado com empate por 1 a 1, Hugo Souza foi o titular. O goleiro do Corinthians recebeu críticas após sofrer um gol de falta, em lance no qual não reagiu à cobrança que acertou o ângulo. Ancelotti também aproveitou para anunciar mais uma novidade na meta brasileira. O treinador confirmou que Pedro Morisco, do Coritiba, fará sua estreia pela Seleção no próximo compromisso da Data Fifa. “O Morisco vai jogar o próximo jogo”, revelou o comandante.

FUTEBOL INTERNACIONAL

Yamal coleciona números assombrosos depois da Copa

Yamal coleciona números assombrosos pós-Copa

Ogol.com
• A Espanha não precisou da melhor versão de Lamine Yamal para conquistar o título mundial em 2026, mas terá todo um ciclo para fazer do prodígio a sua estrela. E o pós-Copa mostra que Yamal tem fome para assumir o posto, com números assombrosos em dez partidas disputadas. Com uma lesão antes da Copa, Yamal pareceu disputar o torneio em uma rotação abaixo do seu habitual. Acabou por ser importante para a Espanha, mas como um coadjuvante, capaz de contribuir em apenas um gol no torneio, na vitória tranquila contra a Arábia Saudita, por 4 a 0. Yamal começou a temporada ainda sem o mesmo brilho que o fez ser apontado como o novo ‘supercraque’ de sua geração. Foram dois jogos sem participar diretamente das vitórias tranquilas sobre Elche (5 a 0) e Athletic Bilbao (2 a 0). A série de oito partidas seguintes, no entanto, foi avassaladora. Contabilizando as dez partidas disputadas por Yamal até aqui



Getty Images

no pós-Copa - oito pelo Barcelona e duas pela Fúria - o prodígio anotou onze gols e distribuiu sete assistências. Só deixou de balançar as redes contra o Sevilla, em vitória por 3 a 1 com dois passes para gol. Yamal atingiu ainda os dígitos duplos em gols e assistências pela seleção espanhola. Agora, o jovem de apenas 19 anos tem 35 jogos disputados, dez gols e doze assistências. Cortado da Seleção Brasileira por conta de dores na coxa, Raphinha consegue ter números ainda mais impressionantes

que Yamal no pós-Copa. O atacante brasileiro, agora adaptado à função de centroavante, tem respondido especialmente com gols: foram 15 nos dez jogos disputados após o fim da participação brasileira na América do Norte. Raphinha conta com 19 contribuições diretas para gol, contando suas quatro assistências. Ao contrário de Yamal, o brasileiro teve participação em gols em todas as partidas disputadas, inclusive nos dois amistosos contra a Austrália - uma assistência para Rayan no primeiro jogo e um gol no segundo.



1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
VEÍCULOS	CAMINHÕES	MOTOS	ANIMAIS	AVISOS	NÁUTICA	MÁQUINAS	TELEFONES	EMPREGOS	ELETRÔNICOS	NEGÓCIOS	CURSOS	APARTAMENTOS	RESIDÊNCIAS	TERRENOS	P.COMERCIAIS	TURISMO

Publicidade Legal

O(A) Exmo(a) Sr(a) Dr(a) Juiz(a) da 21ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR faz ciência aos interessados e aos executados dos autos abaixo indicados, que venderá, em **LEILÃO PÚBLICO**, os bens/lotes adiante discriminados nos dias 21/10/2026 e 28/10/2026, a partir das 10h25, exclusivamente eletrônico no site www.kronleiloes.com.br.
0001054-61.2024.5.09.0041 – Matrícula 3.890 do CRI de Pontal do Paraná/PR
Helcio Kronberg Leiloeiro Público Oficial

MECÂNICA | SUSPENSÃO | FREIOS

99912-9515 99831-5310
45 3224-0062

RUA PARANÁ, 1490 - CENTRO

instagram: @garciaautocenter_

VISA MasterCard

Vidros Espelhos, Molduras
Decorações em Geral
Vidros Temperados
Box para Banheiro
Jato de Areia
Persianas Insulfilm's

Vidros e Espelhos
Bisotados
Atacado e Varejo

Fone/Fax
3226-2126

R. Antônio José
Elias, 616 - Adimação

vidracaria@hidroluz.com.br

MUDAMOS TUDO!
SABE POR QUAL
RAZÃO?
VOCÊ

A GAZETA ESTÁ DE CARA NOVA.
Seu grande jornal está mais organizado e interativo,
com um visual mais atraente e moderno. A Gazeta está
com você não só no jornal, mas também na internet,
no celular, e nas novas tecnologias.
Tudo para deixar você mais perto da informação.

GazetadoParaná
o jornal feito para amanhã.

Twitter Facebook

Ajude a Uopecan!

O Complexo Hospitalar Uopecan atende crianças, adolescentes e adultos com câncer, visando como principal objetivo a prevenção, diagnóstico e tratamento, transplantes de TMO Autólogo (Transplantes de Medula Óssea) e transplante de fígado.

HOSPITAL DO CÂNCER
UOPECCAN

Como doar?

As doações em dinheiro podem ser realizadas de qualquer cidade nas seguintes contas bancárias:

Cascavel – Banco do Brasil
Agência: 3508-4/ Conta Corrente: 6878-0
CNPJ 81.270.548/0001-53

Umuarama – Banco do Brasil
Agência: 3508-4/ Conta Corrente: 106878-4
CNPJ: 81.270.548/0002-34

Doe seu imposto de renda para o Hospital do Câncer Uopecan:

Você pode ajudar pessoas em tratamento do câncer doando seu imposto de renda, de forma fácil e sem custo.

Basta enviar um e-mail solicitando a participação da sua empresa para pronon@uopecan.org.br ou através dos telefones (45) 2101-7025 / (45) 9 9109-2445.

Vamos juntos unir esforços para combater o Coronavírus e proteger os pacientes em tratamento oncológico, que estão no grupo de risco.

Conheça outras formas de doações no site da Uopecan: uopecan.org.br

HOSPITAL DO CÂNCER
UOPECCAN

- Pista de Caminhada;
- Lago Artificial - Salão de Festa;
- Muita Área Verde - Facil acesso;
- Próximo ao Trevo Cataratas;
- Portaria 24 horas;

(45) 2101-7900
(45) 99136-6312

NELSON PADOVANI & CIA.
Desenvolvimento Imobiliário

Opinião

CASCABEL
Rua Fortunato Bebber, 868
Pacaembú
85816-300 – (45)3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virgínio de Oliveira, 108
Mercês
85851-110 – (41)3338-9191

Gazeta do Paraná
UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 3218-2500
Assinaturas - (45)3218-2500

* Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da Gazeta do Paraná

Editorial

O crime também descobriu o Sul

●Durante muito tempo, o imaginário brasileiro reservou ao Sul uma espécie de distância confortável dos grandes conflitos do crime organizado. As facções estavam no Rio, em São Paulo, no Nordeste ou nas disputas pelos presídios do Norte. Paraná e Santa Catarina apareciam, quando muito, como corredores. A droga atravessava a fronteira, percorria rodovias e seguia viagem. Essa leitura ficou velha.

O crime organizado também descobriu o Sul. E não foi agora.

A posição geográfica do Paraná ajuda a explicar essa história. A extensa fronteira com o Paraguai, a proximidade com a Argentina, a ligação rodoviária com grandes centros consumidores e o acesso aos portos transformam o estado em território estratégico. Por aqui circulam drogas, armas, cigarros e mercadorias contrabandeadas. Mas olhar apenas para caminhões carregados cruzando estradas é enxergar a parte mais visível do negócio.

Facções precisam transportar, armazenar, distribuir, cobrar, recrutar e, principalmente, transformar dinheiro ilícito em patrimônio

nio aparentemente legítimo. É nesse estágio que o crime organizado deixa de ser apenas um problema de segurança pública e começa a ocupar espaços da economia formal.

O PCC é o exemplo mais conhecido pela estrutura construída para conectar fornecedores, transportadores, distribuidores e operadores financeiros. Mas não está sozinho. Organizações regionais e grupos menores também disputam mercados e serviços, enquanto Santa Catarina possui sua própria história de organizações criminosas.

O perigo está em imaginar que a presença dessas estruturas será necessariamente anunciada por cadáveres nas ruas. Organizações eficientes podem preferir justamente o contrário. Violência chama polícia, imprensa e investigação. Dinheiro circulando silenciosamente chama muito menos atenção.

Por isso, a pergunta que o Paraná precisa fazer não é apenas quantas toneladas de drogas foram apreendidas. É preciso perguntar quem financia as cargas, quem fornece veículos, onde a mercadoria fica armazenada, como o dinheiro retorna, quais empresas são

utilizadas e quais setores econômicos estão mais vulneráveis à lavagem.

Uma carreta apreendida com cocaína rende fotografia, coletiva e manchete. O dinheiro que financiou aquela carga talvez atravesse a economia durante anos sem produzir uma única sirene.

Esse é o desafio mais sofisticado imposto pelas facções. Quando o Estado enxerga apenas a droga, combate a mercadoria. Quando segue patrimônio, empresas, intermediários e fluxos financeiros, começa a atingir a estrutura.

O Paraná não pode mudar sua fronteira, deslocar suas rodovias ou afastar seus portos. Há, entretanto, enorme diferença entre ser uma rota utilizada pelo crime e permitir que estruturas criminosas criem raízes econômicas no território.

Tudo aquilo que representa vantagem logística para quem trabalha dentro da lei também interessa a quem opera fora dela. O crime organizado percebeu isso há muito tempo.

Resta saber se o Estado já compreendeu a dimensão do problema.

MP de crédito a produtor rural não atua como recuperação judicial

Eurípedes Junior
LOPES SILVA

**Consultor econômico-financeiro na Dasa Advogados, pós-graduado em Finanças pelo Ipg, economista pela PUC-GO, contador pela Universidade Cruzeiro do Sul, perito e bacharelando em Direito pelo Ipg*

Raphaella
BOECHAT CORRÊA

**Advogada e consultora econômico-financeira na Dasa Advogados, pós-graduada em Direito Empresarial pelo Inspier, graduada em Direito pela Universidade Católica de Santos*

O endividamento do produtor rural brasileiro tornou-se, nos últimos anos, pauta recorrente tanto no debate econômico quanto no jurídico. Sucessivas frustrações de safra, custos de produção crescentes e um cenário de juros persistentemente elevados pressionaram o fluxo de caixa do setor, levando o Poder Executivo a lançar mão de instrumentos de renegociação voltados ao setor, sendo o mais recente a Medida Provisória nº 1.376/2026, que autoriza a abertura de novas linhas de crédito para produtores rurais que tenham sofrido perdas de safra ou redução de renda decorrentes de eventos climáticos adversos ou de fatores de mercado.

A recém publicada medida provisória insere-se em um contexto recorrente da política agrícola brasileira: o de responder a crises de inadimplência do produtor rural por meio de instrumentos de crédito com novas linhas, prazos e carências, sem, contudo, alterar a estrutura jurídica subjacente ao endividamento.

Em essência, trata-se de medida de política creditícia, ancorada na relação bilateral entre produtor e instituição financeira, e não de instrumento de reestruturação de passivo no sentido técnico-jurídico do termo. A distinção não é meramente semântica: ao tratar o endividamento como uma questão de fluxo de caixa, resolúvel com mais prazo e mais crédito, a MP 1.376/2026 parece ignorar a possibilidade de que, para grande parte dos produtores rurais, o problema já tenha migrado de uma crise de liquidez pontual para uma situação de insolvência estrutural, diagnóstico que nenhuma linha de crédito, por si só, é capaz de reverter.

Essa hipótese encontra respaldo nos números mais recentes do setor: de acordo com nota técnica da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Far-sul), com base em dados do Banco Central, a “carteira estressada” do crédito rural (que soma atrasos, inadimplência e dívidas renegociadas), saltou de R\$72,2 bilhões em julho de 2024 para R\$123,6 bilhões em novembro de 2025, um crescimento de 71%. No mesmo

sentido, a Serasa Experian aponta que a inadimplência da população rural atingiu 8,2% no quarto trimestre de 2025, alta de 1 ponto percentual em comparação com o mesmo período no ano anterior, mesmo em ano de safra recorde no país, reforçando a raiz estrutural e não apenas climática do problema, resultado de sucessivas renegociações que, ano após ano, apenas adiam o vencimento do problema.

Ciclo do endividamento do produtor rural

Por trás desse cenário, há uma mecânica que se repete, produtor a produtor, da seguinte forma: você, produtor rural, foi ao banco em 2024 e pegou R\$ 1 milhão emprestado a uma taxa de 7,5% a.a. para pagar na próxima safra. Até aqui, tudo normal. Porém, você teve problemas em sua produção (chuvas, ou a falta delas, produtividade etc.) e não conseguiu pagar a sua dívida na data combinada. Então, você renegocia com o banco, adia o pagamento por mais um ano (2025), pega mais recursos para plantar a nova safra e complementa as garantias.

O ciclo se repete até 2026, ou seja, a dívida que você pegou em 2024 e que vem sendo renovada já está em cerca de R\$ 1,155 milhão. O governo publica uma MP para renegociar os débitos, com dois anos de carência, taxa de 11% a.a. e mais oito anos para pagar. Você fica animado com essa nova medida e acredita que seus problemas estão resolvidos.

Agora imagine outra situação: você está com fortes dores nas costas, que vêm aumentando a cada ano. Você começa a ficar preocupado: será uma hérnia? Será algum problema renal? Então um médico diz: “Pronto, já sei como vou resolver isso: dipirona.”

Seguindo a analogia, sabe-se o tratamento adequado para uma hérnia de disco não é a analgesia, mas, dependendo do grau, cirurgia. No campo jurídico, o equivalente à cirurgia tem nome: recuperação judicial. É o instrumento desenhado justamente para os casos em que o endividamento deixou de ser um problema de caixa e passou a ser um problema de estrutura — quando o produtor tem múltiplos credores, garantias sobrepostas e um passivo que nenhuma linha de crédito, isoladamente, é capaz de equacionar.

Diferentemente da dipirona, medicamento sintomático que pode aliviar a dor momentaneamente, mas não elimina a causa da enfermidade, a cirurgia busca corrigir a origem do problema, restabelecendo gradualmente a funcionalidade da coluna e permitindo que o paciente retome suas atividades sem a limitação que antes o incapacitava.

Papel da recuperação judicial Da mesma forma, a recuperação judicial não se limita a postergar o vencimento de obrigações ou conceder novo fôlego financeiro, mas reestruturar o passivo de forma global, compatibilizando-o com a efetiva capacidade de geração de caixa do produtor rural, mediante

a reorganização das condições de pagamento, eventual readequação das garantias, alongamento de prazos, redução dos encargos financeiros e demais mecanismos aptos a restabelecer a viabilidade econômica da atividade.

Em outras palavras, o que o governo fez ao publicar a MP de renegociação dos débitos foi entregar uma dipirona para quem está com um problema sério de hérnia de disco. A medida não resolve o problema do produtor; pelo contrário, só piora ainda mais a situação, postergando seus efeitos e tornando o tratamento futuro ainda mais oneroso.

Voltemos ao exemplo do produtor. Ao renegociar pelos termos da MP, a taxa sai de 7,5% (contrato) para 11% a.a. (MP). Aqui, por si só, já temos um problema. Agora capitalize esses R\$ 1,155 milhão a 11% a.a., com dois anos de carência e amortização em oito anos. Ao final, você terá pago quase R\$ 1 milhão de juros, ou seja, terá desembolsado quase 100% a mais do que tomou emprestado. Será que sua produção vai conseguir pagar as dívidas do ano corrente e as do ano anterior?

A solução não é dar mais prazo — isso é dipirona para quem vem tendo problemas recorrentes de produção. A solução passa por deságio, taxa de juros e prazo, calibrados de acordo com a efetiva capacidade de geração de caixa da atividade rural. Em outras palavras, não basta empurrar a dívida para frente; é preciso reestruturá-la para que volte a ser economicamente suportável.

Juros altos inviabiliza negócio do produtor rural

Estar em uma economia em que o custo de capital é de, no mínimo, 14,25% a.a. é inviável. O produtor rural financia cerca de 100% da sua produção, ou seja, depende do capital de terceiros para conseguir produzir. Somado aos 11% a.a. de juros das operações anteriores, esse patamar de custo torna a atividade insustentável. Em um negócio envolvendo commodities e margens estreitas, como a de cultura de soja, que, estimativas de mercado apontam margens líquidas entre 2% e 5% em cenários mais conservadores, podendo ser ainda menores dependendo da região e do nível de avançagem do produtor.

O boletim de custos de produção divulgado periodicamente pela Aprosoja MS ilustra bem essa dificuldade. Entre as safras de 2021/2022 e 2025/2026, o custo de produção da soja subiu 12% por hectare, de R\$ 5.419,01 para R\$ 6.115,83, enquanto o preço médio da venda da saca caiu 7,69% no mesmo período. Não precisa ser expert em finanças ou em administração para saber que, com a produção mais cara e a venda menos rentável, a conta não fecha, sendo necessário um instrumento eficaz para trazer o equilíbrio ao produtor e dar capacidade para que ele volte a operar com fôlego e pagar suas obrigações.

E assim como a dipirona existe como tratamento paliativo para

uma hérnia, sendo apenas a cirurgia capaz de resolver o problema estrutural, a MP 1.376/2026 cumpre função semelhante: alivia o sintoma imediato — o vencimento da dívida —, sem tratar da causa, que é a incompatibilidade estrutural entre capacidade de geração de caixa do produtor e o custo do capital que financia sua atividade, o que pode ser resolvido por meio da recuperação judicial.

Renegociação x recuperação judicial

A distinção não é apenas metafórica, mas se sustenta em diferenças técnico-jurídicas concretas entre os dois institutos. Enquanto sob a ótica da MP a renegociação prevista é essencialmente bilateral, ou seja, depende da adesão voluntária de cada instituição financeira, que pode simplesmente recusar o enquadramento do produtor, sem que este disponha de instrumento para compeli-la, na recuperação judicial, a lógica concursal traz o inverso, com o plano aprovado vinculando a totalidade dos credores sujeitos a seus efeitos, inclusive os dissidentes, mediante quóruns legais de deliberação.

Ainda, a recuperação judicial, por ter como objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, permitindo a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, impõe, a partir do deferimento do processamento, a suspensão das ações e execuções contra o devedor — o chamado “stay period” — durante o período de negociação, além da possibilidade de declarar a essencialidade de bens constritos até por contratos que não se sujeitam ao próprio procedimento. No contexto da MP, mesmo enquanto o produtor busca se enquadrar nos critérios de elegibilidade ou negociar com cada instituição, seu patrimônio segue exposto a execuções, penhoras e bloqueios promovidos pelos credores que não aderiram à renegociação, sejam instituições financeiras ou fornecedores.

No mais, o alcance da MP é limitado à dívida bancária e às cédulas de produto rural emitidas a instituições financeiras, permanecendo inteiramente fora de seu escopo contratos com fornecedores de insumos, arrendadores e credores trabalhistas e tributários. Para o produtor cujo passivo está pulverizado entre diferentes categorias de credores, a MP resolve, no melhor cenário, uma fração isolada do problema, deixando o restante do endividamento pressionar a atividade no mesmo ritmo de antes.

É esse conjunto de limitações que impede a MP de operar como substituto funcional da recuperação judicial. Assim como na analogia trazida, dipirona e cirurgia até endereçam a mesma dor, mas apenas uma delas trata sua causa, da mesma forma, ambos os institutos respondem ao mesmo sintoma, mas atuam em lógicas distintas: uma é instrumento de crédito; a outra, instrumento de reestruturação da origem estrutural do desequilíbrio.

Política & CIA

Troca no comando

ARETA FINAL da campanha de Sandro Alex ganhou reforços que ajudam a explicar a mudança de tom nas redes sociais. A estratégia digital do candidato do PSD passou a contar com a equipe de Cristina Graeml e com Leonardo Maragno, profissional responsável pelas redes do apresentador Ratinho. A mudança teria ocorrido após avaliação de que o desempenho digital de Sandro estava abaixo do esperado. O pedido para reforçar a operação teria partido do próprio governador Ratinho Junior.

Subiu o tom

Coincidência ou não, foi justamente nesta reta final que a campanha de Sandro aumentou a temperatura contra Sergio Moro. Aborto, Flávio Dino, Bolsonaro e as antigas relações políticas do senador passaram a ocupar espaço privilegiado na ofensiva. No debate da RPC, a estratégia ficou escancarada: Sandro e Moro gastaram boa parte do confronto disputando quem teria mais credenciais junto ao eleitor bolsonarista.

Deu ruim

Uma das ofensivas, porém, terminou na Justiça. O TRE-PR determinou a suspensão da propaganda de Sandro Alex que associava Moro à defesa do aborto e concedeu direito de resposta ao candidato do PL. A decisão considerou que a peça distorceu o conteúdo de uma tese acadêmica escrita por Moro em 2002. A resposta deverá ser publicada no próprio Instagram de Sandro e permanecer fixada por pelo menos 14 horas. É aquele tipo de espaço publicitário que nenhuma campanha sonha em oferecer ao adversário.

Um para cada lado

Mas ninguém saiu da quarta-feira com exclusividade sobre decisões desfavoráveis. Horas depois, a Justiça Eleitoral também mandou Moro retirar publicações em que apresentava 50,1% dos votos válidos a partir da Paraná Pesquisas. O problema apontado pela decisão foi o cálculo utilizado pela campanha, que retirava também os indecisos para construir o percentual e sugerir possibilidade de vitória no primeiro turno. A multa diária em caso de descumprimento foi fixada em R\$ 25 mil.

Quem é mais Bolsonaro?

Se faltava algum tema para dominar os últimos dias da campanha paranaense, ele apareceu no debate: Jair Bolsonaro. Sandro cobrou Moro pelo rompimento com o ex-presidente e voltou ao episódio da indicação de Flávio Dino ao STF. Moro respondeu reafirmando apoio a Flávio Bolsonaro e tentando aproximar Sandro e Rafael Greca de Lula. No fim, uma eleição para governador do Paraná passou boa parte da noite discutindo quem está mais longe do PT e mais perto da família Bolsonaro.

Ratinho escolheu

Ratinho Junior também entrou nessa disputa. Questionado sobre uma eventual segunda etapa da eleição presidencial, o governador afirmou que não apoiaria Lula e sinalizou apoio a Flávio Bolsonaro. A manifestação ocorre justamente quando Sandro Alex tenta consolidar sua identificação com o eleitorado de direita e Moro, filiado ao PL, procura preservar esse mesmo espaço político.

Greca de vermelho

Rafael Greca também virou personagem dessa guerra. Antes mesmo do debate, a campanha de Moro recuperou declarações do ex-prefeito sobre Lula para tentar pintar o vice de Sandro Alex de vermelho. É uma curiosa inversão

de papéis para quem acompanhou a política curitibana nos últimos anos: Greca entrou na chapa para agregar experiência administrativa e terminou a reta final sendo usado pelo adversário como ponte para ligar Sandro ao PT.

Exército de prefeitos

Enquanto a disputa pelo governo se transforma em guerra ideológica, Alexandre Curi segue apostando numa estratégia bastante tradicional: prefeito, prefeito e mais prefeito. A campanha do candidato ao Senado divulgou que ele chega à reta final com apoio de prefeitos de 363 dos 399 municípios paranaenses. É uma fotografia impressionante da força institucional construída pelo presidente da Assembleia Legislativa, embora apoio de liderança política e voto do eleitor sejam medidas diferentes.

Senado embolado

E talvez esteja justamente aí uma das histórias mais interessantes de domingo. Ao contrário da corrida ao governo, a disputa pelas duas cadeiras do Senado permanece fragmentada entre vários nomes competitivos. Deltan Dallagnol, Alexandre Curi, Filipe Barros, Gleisi Hoffmann e Cristina Graeml aparecem disputando espaço em diferentes levantamentos, com oscilações relevantes conforme o instituto. Com duas escolhas na urna, alianças e combinações de voto ganham peso especial nesta reta final.

Hang escolheu três

Luciano Hang também colocou dinheiro na eleição paranaense. Registros eleitorais mostram R\$ 150 mil em doações divididos entre três candidaturas: R\$ 50 mil para Cristina Graeml, R\$ 50 mil para Paulo Martins e outros R\$ 50 mil para Reinhold Stephanes Junior. Até agora, o empresário concentrou suas doações no Paraná em candidaturas legislativas.

Urnas na propaganda

Cristina Graeml, por sua vez, apareceu em levantamento sobre anúncios que levantam dúvidas a respeito das urnas eletrônicas. A Biblioteca de Anúncios da Meta registra uma peça impulsionada da candidata defendendo mecanismos adicionais de conferência e voto impresso. O anúncio teve mais de 100 mil exibições. A assessoria de Cristina afirmou que ela reconhece os atuais mecanismos de fiscalização e auditoria da Justiça Eleitoral, mas considera legítima a defesa de aperfeiçoamentos.

Quatro dias

Faltam quatro dias para o primeiro turno e o roteiro da campanha paranaense mudou pouco em sua essência, mas muito na intensidade. Moro tenta transformar a dianteira registrada por diferentes pesquisas em voto; Sandro procura encurtar a distância apoiado na máquina política reunida por Ratinho Junior; Requião Filho tenta abrir espaço no confronto entre os dois; e, no Senado, uma fila de candidatos disputa duas cadeiras sem a mesma polarização vista na corrida ao Palácio Iguaçu.

Cidinha Marcon

Nos siga nas redes sociais
f @gazetaparana i @gazetadoparana



●**Coisa de louco!**
“Os robôs Optimus andarão entre vocês – então, por favor, sejam gentis com eles”, falou Musk durante a apresentação. “É uma experiência louca ver robôs humanóides bem na sua frente”. Na realidade, o objetivo de Musk é transformar a imagem da Tesla – de um simples fabricante de automóveis – para uma empresa focada em robótica e IA para concorrer com a China. Muitos apreciam a luta pela liberdade de expressão de Musk, mas os robôs e a IA autoidata causam arrepios/calafrios, pois a chance de se tornarem a longo prazo sencientes de alguma forma, aprender mais que nós, conhecer todas as nossas fraquezas e nos subjugar ou até mesmo nos matar – pode ser real e assustador. O Transhumanismo e a tecnocracia andam de mãos dadas.



REUNIÃO DO CLUBE DA LULUZINHA, na noite de terça-feira, dia 29 de setembro, para comemorar o aniversário de Lucinara Luzzi. Aqui com a amiga Karin Uscovich
Arquivo pessoal

●**Como não amar!!!**
*Nome: Jesus Cristo!
*Graduação: Filho de Deus!
*Mestrado: Reis dos Reis!
*Doutorado: Dono do Universo!
*Médico auxiliar: Espírito Santo!
*Sua experiência: Causas impossíveis!
*Atendimento: 24 horas!
*Sua especialidade: Operar milagres!
*Seu instrumento: Fé!

●**Bom dia!**
Viver é aceitar o imprevisível, é dançar com o destino sem saber a próxima música. É cair e levantar, mudar de

rota sem aviso, transformar dor em aprendizado. A vida não segue um roteiro fixo, e talvez seja justamente isso que a torna tão fascinante. Aceitar o imprevisível não significa desistir do controle, mas compreender que nem tudo depende de nós. É aprender a confiar no fluxo do tempo, encontrar beleza no caos e seguir em frente, mesmo quando o caminho se esconde na neblina. No fim, são os imprevistos que nos moldam, nos desafiam e nos fazem crescer. E talvez seja essa dança com o desconhecido que dá sentido à vida.



A TERAPEUTA HOLÍSTICA Yara Macanhão: 59 anos de pura beleza
Arquivo pessoal



JU CIMA com seu sobrinho amado Rafael Padovani.
arquivo pessoal

Charles Garbin

Nos siga nas redes sociais
f @gazetaparana i @gazetadoparana



pada
@padariagarbin

8º Espetáculo de Ballet AABB Cascavel

A AABB Cascavel apresenta seu 8º Espetáculo de Ballet, com duas noites especiais de magia, fantasia e dança no Teatro Sefrin Filho.

No dia 5 de outubro, às 19h30, será apresentado “Parque dos Sonhos – O último lugar onde os sonhos ainda moram”. No dia 6 de outubro, às 19h30, o público poderá

05 DE OUTUBRO ÀS 19H30

PARQUE DOS SONHOS

O último lugar onde os sonhos ainda moram.

Realização: **AABB** ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL

Patrocinadores: **ITAIPU** BINACIONAL **FENABB** Federação das AABB

Apoiadores: **WM** **TERESA SOUZA** **MARQUES OLIVEIRA**

8 ESPETÁCULOS DE BALLET AABB

ESPELHO, ESPELHO MEU

06 DE OUTUBRO ÀS 19H30
TEATRO SEFRIN FILHO

Realização: **AABB** ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL

Patrocinadores: **ITAIPU** BINACIONAL **FENABB** Federação das AABB

Apoiadores: **WM** **TERESA SOUZA** **MARQUES OLIVEIRA**

prestigiar “Espelho, Espelho Meu”.

Os espetáculos contam com o patrocínio da Itaipu Binacional e da FENABB – Federação das AABB, parceiros importantes para a realização deste projeto cultural.

A AABB Cascavel também agradece aos apoiadores WM Gestão de Projetos, Banco do Brasil, Fernanda Souza Núcleo de Dança e Construtora Marques & Oliveira, que contribuem para a realização e o sucesso do espetáculo.

Realização: AABB Cascavel

Saudade Não Tem Idade

Avenida Brasil: de estrada federal a símbolo urbano

A AVENIDA BRASIL, antiga BR-35, nasceu das rotas que ligavam Guarapuava a Foz do Iguaçu. Nos anos 1950, o crescimento urbano se deu ao longo dessa via. Quando a BR foi desviada para o sul, o arquiteto Gustavo Gama Monteiro propôs seu alargamento e a transformação em avenida urbana. O projeto de lei nº 26, de Adelar Bertolucci e Adelino Cattani, oficializou em 11 de agosto de 1953 o novo nome: Avenida Brasil. Na década de 1970, possuía três pistas – a central, ainda usada como rodovia – e, nos anos 1990, ganhou o calçamento que redefiniu sua paisagem central.



Biblioteca IBGE

Carambeí em 1955: a convivência entre o campo e o progresso

A fotografia de 1955 retrata um instante da vida cotidiana em Carambeí (PR), quando o ritmo rural ainda predominava mesmo com os primeiros sinais da modernização. A carroça puxada por cavalos, carregada de sacas, divide a estrada de terra com os automóveis, marcando o encontro entre o antigo e o novo. À esquerda, uma casa de madeira com alpendre revela o padrão das moradias típicas da época, simples e funcionais. O registro expressa um momento de transição urbana e econômica, em que a antiga colônia agrícola começava a se integrar às dinâmicas do Paraná em transformação.



Biblioteca IBGE

Casa Paroquial de Campo Largo

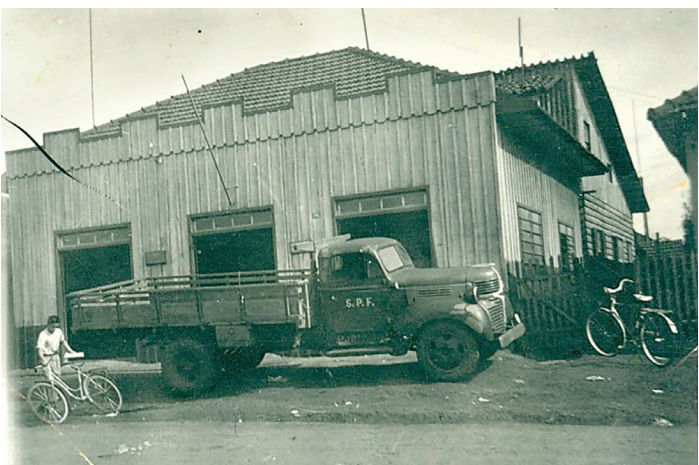
A fotografia de 1970 registra a Casa Paroquial de Campo Largo, situada na Rua XV de Novembro, atrás da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade. O prédio, de arquitetura sóbria e linhas modernas, reflete a transição do estilo colonial para um urbanismo mais funcional, típico das cidades paranaenses em expansão. O automóvel estacionado à esquerda e o calçamento em paralelepípedo simbolizam o avanço da modernidade sobre o cenário tradicional. A Casa Paroquial consolidou-se como ponto de referência religiosa, social e histórica no centro de Campo Largo.



Biblioteca IBGE

Correios e Telégrafos de Maringá: 1957

A imagem de 1957 mostra o prédio dos Correios e Telégrafos de Maringá, símbolo da estrutura administrativa que acompanhou o rápido crescimento da jovem cidade. Construído em madeira, o edifício reflete a arquitetura funcional do período pioneiro, quando o telégrafo e o correio eram essenciais para conectar a região ao restante do Paraná e do país. O caminhão identificado com “S.P.F.” e as bicicletas estacionadas revelam a dinâmica de trabalho e transporte da época, marcando um momento em que a comunicação impulsionava o desenvolvimento urbano e social de Maringá.



Biblioteca IBGE